TRIBUNA PARLAMENTAR

Informativo da Assembléia Legislativa de Pernambuco – Ano VII – nº 61 – Abril de 2007

Legislativo vai ganhar novo Regimento Interno

RINALDO MARQUES



Projeto quer fazer da sede da Alepe Museu Legislativo

O Projeto Restauro deve transformar o Palácio Joaquim Nabuco no Museu do Legislativo. A iniciativa da Mesa Diretora, que está em fase de análise no Ministério da Cultura, foi aprovado na pré-avaliação e aguarda vistoria técnica do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), responsável pela proteção dos bens culturais materiais e imateriais do País. A sede do Parlamento de Pernambuco é um monumento histórico tombado em 1980, pelo Conselho Estadual de Cultura.

Página 5

***O** Legislativo Estadual deverá ter, este ano, um novo Regimento Interno. O projeto de reforma vinha sendo discutido por uma subcomissão de deputados desde a legislatura passada. Agora, a proposta foi formatada e já está pronta para ser votada, até o final de junho, pelas Comissões e, posteriormente, pelo Plenário da Alepe. O Regimento é uma peça fundamental para o Legislativo, já que traz todas as regras e normas de funcionamento da Assembléia.*

Página 3

Assembléia na TV faz 5 anos com meta de chegar ao Interior

Página 7

Planejamento prevê ações até 2015

Página 4

EDITORIAL

Todo torcedor sabe: as regras são fundamentais para que o jogo aconteça. Na Assembléia Legislativa de Pernambuco não é diferente: existem normas para o funcionamento do Parlamento. Trata-se, na verdade, do Regimento Interno da Casa.

No entanto, com as mudanças que ocorrem na sociedade e nos costumes, as normas precisam se atualizar. Por isso, a Alepe vem revisando o seu Regimento Interno. Esse assunto é um dos temas abordados nesta edição do Tribuna Parlamentar.

A restauração do Palácio Joaquim Nabuco, por meio de incentivo do Ministério da Cultura, é outro tema desta edição. O prédio histórico deve recuperar, em dois anos, as suas características originais. O projeto também tem um alcance social, com a participação de jovens de escolas públicas no processo de restauro.

O Planejamento Estratégico da Alepe- plano de objetivos e metas para os próximos oito anos - também é destaque neste número do Tribuna. Um grupo gestor da Casa está elaborando um documento que traça os planos e objetivos do Poder Legislativo de Pernambuco até o ano de 2015. Esse trabalho será entregue à Mesa Diretora para analisado.

Outro assunto desta edição é o aniversário da Assembléia na TV, que completou cinco anos em abril. A programação está consolidada, mas é intenção da Mesa atual ampliá-la para todo o Interior.

Além disso, o Tribuna Parlamentar traz outras matérias, como o convênio assinado pela Procuradoria e a Ordem dos Advogados para o estágio de universitários de Direito na Alepe e a chegada do novo maestro do Coral Vozes de Pernambuco. Boa leitura!

EXPEDIENTE

O Jornal **Tribuna Parlamentar** é uma publicação de responsabilidade da **Assistência de Comunicação Social da Assembléia Legislativa - Departamento de Imprensa**.

MESA DIRETORA: Presidente, Deputado Guilherme Uchoa; **1º Vice-Presidente**, Deputado Izaías Régis; **2º Vice-Presidente**, Deputado Ciro Coelho; **1º Secretário**, Deputado João Fernando Coutinho; **2º Secretário**, Deputado Raimundo Pimentel; **3º Secretário**, Deputado Sérgio Leite; **4º Secretário**, Deputado Henrique Queiroz. **Assistente de Comunicação Social:** Cláudia Lucena; **Chefe de Departamento de Imprensa**: Marconi Glauco; **Editor:** Marconi Glauco; **Revisão:** Cláudia Lucena; **Redatores:** Marconi Glauco e Renata Rodrigues; **Estagiários:** Monique Cabral, Priscilla Aguiar e Solange; **Gerente de Fotografia:** Roberto Soares; **Edição de Fotografia:** Breno Laprovitera; **Fotógrafos:** Fernando Silva, Moisés Barbosa; **Tratamento de Imagem:** Carlos Oliveira; **Diagramação e Editoração Eletrônica:** Anderson Galvão e Alécio Nicolak Júnior; **Endereço**: Palácio Joaquim Nabuco, Rua da Aurora, nº 631 – Recife-PE. Fone: 3217-2368. Fax 3217-2107. PABX 3217.2211.

Nosso endereço na Internet: *http://www.alepe.pe.gov.br* — E-mail: *ddeimpre@alepe.pe.gov.br*

ARTIGO

O PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO E OS MUNICÍPIOS

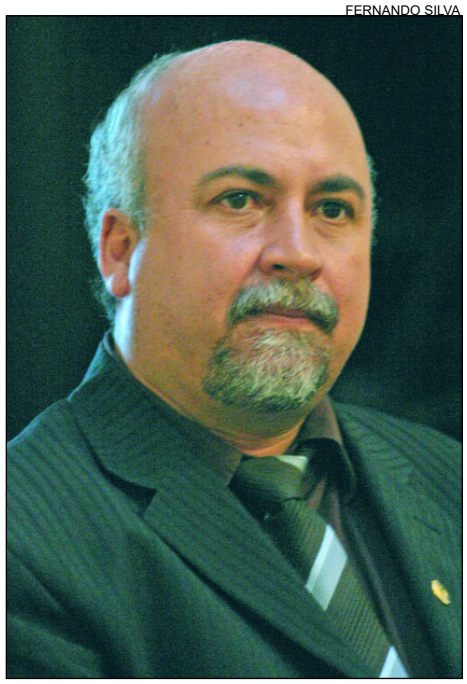
Luciano Moura *

Através do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), lançado no dia 22 de janeiro do corrente ano pelo Governo Lula, o Brasil terá um investimento de R$503,9 bilhões em infra-estrutura até 2010. Para construções de ferrovias, rodovias, portos , aeroportos e hidrovias, serão utilizados R$ 58,3 bilhões; para o setor enérgetico, R$274,8 bilhões; e cerca de R$ 170,8 bilhões serão investidos nas áreas social e urbana.

Entre os Estados do Nordeste, Pernambuco foi o maior beneficiado, recebendo 25% do total dos recursos destinados à região, totalizando cerca de R$ 20 bilhões. Por meio desse investimento, nosso Estado tende a crescer e se desenvolver ainda mais na área econômica e social, com ações nas áreas de recursos hídricos, transportes, infra-estrutura e habitação.

Vários municípios estão sendo beneficiados com o PAC, o que possibilita ações de melhorias para a população e a geração de emprego e renda. Venho, neste momento, registrar o quanto a cidade de Olinda vai avançar ainda mais com este

FERNANDO SILVA



imprescindível programa do Governo Federal. A " Marim dos Caetés" receberá cerca de R$ 110 milhões da verba destinada ao Estado. Por meio desses recursos, o maior beneficiado será o povo olindense.

Em Jardim Brasil, Vila Popular e Ilha do Maruim serão recuperadas as redes de esgoto, água e drenagem. As margens do Canal da Malária e das lagoas serão pavimentadas e urbanizadas. A população que vive à margem do canal e do rio será retirada do local e terá a possibilidade de viver em um conjunto habitacional construído para essas comunidades.

Portanto, o PAC possibilitará grandes avanços para a sociedade e, conseqüentemente, para a população. O Programa de Aceleração do Crescimento é um reflexo do Governo Lula, que possui uma política voltada aos interesses do povo brasileiro. Com esse Programa, o Brasil terá a possibilidade de sair da estagnação econômica e social que perdurou por tantos anos, devido à falta de compromisso por parte daqueles que, durante décadas, governaram o país.

* Deputado pelo PCdoB

O artigo publicado é de estrita responsabilidade do autor.

HOMENAGEM

RINALDO MARQUES



O aniversário de 172 anos da Assembléia Legislativa, completados em 1º de abril, ainda repercute. No dia 19 do mês passado, a Alepe recebeu homenagem da Associação Pernambucana de Atacadistas e Distribuidores (Aspa). O evento contou com a presença de vários parlamentares e empresários. O presidente do Poder Legislativo, deputado Guilherme Uchoa (PDT), representou a Casa Joaquim Nabuco. No encontro, a história da Alepe, criada em 1835, foi lembrada com a exibição de um vídeo institucional produzido pela Assistência de Comunicação. "A história da Assembléia se confunde com a de Pernambuco. É uma trajetória marcada pela ética e pelo compromisso social no exercício da cidadania. A homenagem é justa", declarou o presidente da Aspa, Sebastião Rodrigues. Uma placa comemorativa foi entregue ao presidente Guilherme Uchoa. O parlamentar disse estar orgulhoso por representar a Casa no evento promovido por um setor empresarial responsável pelo fortalecimento da economia do Estado. "O segmento é responsável por tornar Pernambuco o segundo pólo atacadista do País e merece o nosso respeito. Quanto à homenagem, ressalto que é um estímulo para continuarmos com as diretrizes fixadas na Assembléia, trabalhando com seriedade e em sintonia com os anseios da população", afirmou o presidente.

INSTITUCIONAL

Novo Regimento Interno deve ser votado em junho

A Alepe chega à etapa final do processo de elaboração de um novo Regimento Interno. Este mês, a Comissão de Justiça deve encerrar a análise do documento, que regula o funcionamento da Casa e define sua estrutura.

Durante todo o mês de maio, a matéria será apreciada por etapas pela Comissão de Justiça. Em quatro reuniões, os parlamentares discutirão os 290 artigos da proposta. No dia 29, último encontro para tratar do assunto, o colegiado debaterá e fará os últimos ajustes da proposição, que, em seguida, será encaminhada para análise do Plenário.

De acordo com o presidente da Comissão de Justiça, deputado José Queiroz (PDT), a matéria estará pronta para ser encaminhada ao Plenário no final de maio. A expectativa é que o novo documento seja votado ainda neste semestre. "Sempre fui defensor de que o Regimento Interno fosse revisado, pois, no curso do mandato, encontramos dispositivos novos e até adaptações às Constituições Estadual e Federal. Participamos da subcomissão que fez a revisão do documento e, agora, estamos cumprindo a penúltima etapa desta longa caminhada, com a apreciação pelos membros da Comissão de Justiça", salientou.

Dentre os pontos que têm destaque na nova proposta, está o acréscimo das Comissões de Ética Parlamentar e de Defesa dos Direitos da Mulher; da Emenda Constitucional que reduziu o recesso parlamentar e extinguiu o jetom; de novas atribuições para a Mesa Diretora e da definição dos poderes das Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs), ampliando sua atuação de acordo com o que prevê a legislação federal.

O texto também fixa em cinco o limite de Comissões Especiais funcionando na Casa simultaneamente; determina que a quantidade de oradores no Pequeno e no Grande Expediente seja cinco; e estabelece as reuniões das segundas-feiras para a realização de debates, palestras e comemorações.

A Resolução nº 728, que disciplinou a concessão de Títulos de Cidadão de Pernambuco, também será inserida no novo texto. Somente receberá o Título quem reside em Pernambuco. Fica instituída, também, a Medalha Leão do Norte, com sete categorias. A honraria é destinada a pessoas que trabalham pelo Estado, mas não moram em Pernambuco.

Outra alteração prevista no novo Regimento é na nomenclatura de seis Comissões Permanentes. Uma das mudanças atinge a Comissão de Defesa da Cidadania, que passará a ser Comissão de Cidadania e Direitos Humanos. Outra modificação é a ampliação de cinco para sete no número de deputados que integram a Comissão de Administração Pública.

MOISÉS BARBOSA



Comissão de Justiça está analisando os 290 artigos da proposta

O deputado Augusto Coutinho (DEM), relator do projeto na Comissão de Justiça e também integrante da subcomissão que elaborou a proposta, disse que a matéria vem modernizar as normas que regulam o funcionamento da Casa. "O Regimento é um texto que precisa estar se modificando e se adequando às mudanças da sociedade. A proposta está boa, atualizada e vem atender às demandas da Alepe", afirmou. O parlamentar observou que vem recebendo muitas sugestões dos demais deputados para inserir no relatório que será apresentado na Comissão. "A matéria vem sendo bastante discutida e recebendo contribuições de vários parlamentares", destacou.

A subcomissão que elaborou o projeto foi composta pelos deputados Augusto Coutinho (DEM), José Queiroz (PDT) e Carla Lapa (PSB), que, depois de assumir o cargo de 4ª secretária da Mesa Diretora da Alepe, na gestão passada, foi substituída pela ex-deputada Jacilda Urquisa (PMDB).

Primeiro documento tinha 191 artigos

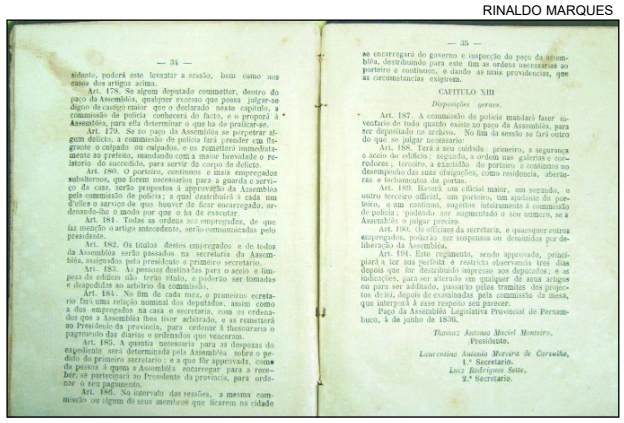
Em 1835, foi instalada a Assembléia Legislativa da Província de Pernambuco, no Forte do Matos, no Bairro do Recife. Com ela, surgiu, também, o primeiro Regimento Interno do Poder. O documento, contendo oito capítulos e 191 artigos que definiram as primeiras normas de funcionamento da Casa, faz parte do Arquivo da Alepe. No texto, os deputados provinciais estabeleceram as atribuições do presidente, do vice-presidente, dos secretários, a criação e o funcionamento das 15 Comissões Permanentes e a forma de eleição dos membros da Mesa.

Um fato curioso é destacado pela gerente de Arquivo, Cynthia Barreto. O número de parlamentares e de Comissões Permanentes da Casa era o mesmo de hoje. Havia 49 deputados e 15 colegiados. "Isso mostra que, apesar de termos, hoje, uma população muito maior que a da época, a estrutura existente na Casa consegue atender bem à sociedade. Se existiam 15 naquela época, atualmente, poderíamos pensar em cerca de 30 Comissões, no mínimo, mas os temas foram aglutinados em colegiados ", afirmou.

Entre as questões definidas pelo Regimento, assinado no ano de 1836, estão horário e tempo de duração das sessões ordinárias. Na época, iniciavam às 10h e, como acontece hoje, duravam quatro horas. Estavam previstas, ainda, sessões secretas, que deveriam ser solicitadas pelo parlamentar em indicação por escrito, que seria analisada pelo presidente e os secretários.

As Comissões existentes eram as seguintes: de Constituição e Poderes; de Fazenda e Orçamento; de Contas e Despesas Provinciais; de Comércio, Agricultura, Artes, Estradas, Navegação, Colonização e Obras Públicas; de Redação de Leis; de Instrução Pública e Estabelecimentos Próprios a Promovê-la; de Estatística, Divisão Civil e Eclesiástica; de Justiça Civil e Criminal; de Negócios Eclesiásticos; de Exame das Posturas, Representações e Negócios das Câmaras Municipais; de Rendas Municipais, Orçamentos e Exames de Contas; de Saúde Pública; de Petições; de Legislação; de Ordenados.

RINALDO MARQUES



— 34 —

sidente, poderá este levantar a sessão, bem como nos casos dos artigos acima.

Art. 178. Se algum deputado commetter, dentro do paço da Assembléa, qualquer excesso que possa julgar-se digno de castigo maior que o declarado neste capitulo, a commissão de policia conhecerá do facto, e o proporá á Assembléa, para ella determinar o que ha de praticar-se.

Art. 179. Se no paço da Assembléa se perpetrar algum delicto, a commissão de policia fará prender em flagrante o culpado ou culpados, e os remetterá immediatamente ao juizo, mandando com a maior brevidade o relatorio do succedido, para servir de corpo de delicto.

Art. 180. O porteiro, continuos e mais empregados subalternos, que forem necessarios para a guarda e serviço da casa, serão propostos á approvação da Assembléa pela commissão de policia; a qual distribuirá cada um d'elles o serviço de que houver de ficar encarregado, ordenando-lhe o modo por que o ha de executar.

Art. 181. Todas as ordens aos empregados, de que faz menção o artigo antecedente, serão communicadas pelo presidente.

Art. 182. Os titulos destes empregados e de todos da Assembléa serão passados na secretaria da Assembléa, assignados pelo presidente e primeiro secretario.

Art. 183. As pessoas destinadas para o acto e limpeza do edificio não terão titulo, e poderão ser tomadas e despedidas ao arbitrio da commissão.

Art. 184. No fim de cada mez, o primeiro secretario fará uma relação nominal dos deputados, assim como a dos empregados na casa e secretaria, com os ordenados que a Assembléa lhes tiver arbitrado, e as remetterá ao Presidente da provincia, para ordenar á thesouraria o pagamento das quias e ordenados que vencerem.

Art. 185. A quantia necessaria para as despezas do expediente será determinada pela Assembléa sobre o pedido do primeiro secretario; e a que for approvada, como de pessoa á quem a Assembléa encarregar para a receber, se participará ao Presidente da provincia, para ordenar o seu pagamento.

Art. 186. No intervallo das sessões, a mesma commissão ou algum de seus membros que ficarem na cidade

— 35 —

se encarregará do governo e inspecção do paço da assembléa, destribuindo para este fim as ordens necessarias ao porteiro e continuos, e dando as mais providencias, que as circumstancias exigirem.

CAPITULO XIII

Disposições geraes.

Art. 187. A commissão de policia mandará fazer inventario de tudo quanto existir no paço da Assembléa, para ser depositado no archivo. No fim da sessão se fará outro do que se julgar necessario.

Art. 188. Terá a seu cuidado: primeiro, a segurança e asseio do edificio; segundo, a ordem nas galerias e corredores; terceiro, a exactidão do porteiro e continuos no desempenho das suas obrigações, como residencia, aberturas e fechamentos de portas.

Art. 189. Haverá um official maior, um segundo, o outro terceiro official, um porteiro, um ajudante de porteiro, o um continuo, sugeitos inteiramente á commissão de policia; podendo ser augmentado o seu numero, se a Assembléa o julgar preciso.

Art. 190. Os officiaes da secretaria, e quaesquer outros empregados, poderão ser suspensos ou demittidos por deliberação da Assembléa.

Art. 191. Este regimento, sendo approvado, principiará a ter sua perfeita e restricta observancia trez dias depois que for destribuido impresso aos deputados; e as additações, para ser alterado em qualquer de seus artigos ou para ser additado, passarão pelos tramites dos projectos de lei, depois de examinadas pela commissão da mesa, que interporá á esse respeito seu parecer.

Paço da Assembléa Legislativa Provincial de Pernambuco, 4 de junho de 1836.

Thomaz Antonio Maciel Monteiro,
Presidente.

Laurentino Antonio Moreira de Carvalho,
1.º Secretario.

Luiz Rodrigues Seixo,
2.º Secretario.

1º Regimento faz parte do Arquivo da Alepe

PLANEJAMENTO

GESTORES PREPARAM PLANO PARA OS PRÓXIMOS OITO ANOS

Planejar as ações administrativas da Assembléia Legislativa para os próximos oito anos. Isso é o que está sendo feito pelos gestores envolvidos na elaboração do Planejamento Estratégico da Casa Joaquim Nabuco. O grupo, coordenado pela Superintendência Geral (Supger) e pela Superintendência Orçamentária e Financeira (Suplec), prepara o documento que será entregue à Mesa Diretora para análise. Entre outros, estão sendo avaliados pelos servidores envolvidos no trabalho pontos como a inovação tecnológica, a valorização do quadro efetivo da Casa, melhorias na estrutura física e a modernização administrativa.

O presidente da Alepe, deputado Guilherme Uchoa (PDT), considera que a instituição avançou em vários aspectos, mas é preciso "caminhar" ainda mais. "Ampliar o espaço físico dos gabinetes e de outros departamentos da Casa é uma das necessidades que já detectamos. Nesse sentido, está em estudo um projeto que prevê novas instalações para a Assembléia e a preservação do Palácio Joaquim Nabuco como patrimônio histórico", afirmou.

CARLOS OLIVEIRA



Servidores apontaram várias ações para serem implantadas até 2015

"Pretendemos modernizar ainda mais a Assembléia, utilizando ferramentas que facilitem o trâmite interno e diminuam a burocracia. A Alepe precisa estar em sintonia com as inovações tecnológicas para melhor atender à população e aos parlamentares", afirmou o primeiro-secretário, João Fernando Coutinho.

Após o encontro onde foi feita a apresentação do Planejamento Estratégico pelo chefe do Departamento de Planejamento Econômico e Financeiro, Edécio Rodrigues de Lima, o grupo de servidores participou de duas oficinas e preparou as propostas para serem apresentadas à Mesa. "Neste momento de revisão do Planejamento Estratégico existente e ampliação do horizonte de visão, é importante identificar bem os problemas e as oportunidades, o que estamos buscando através deste trabalho junto aos representantes dos diversos setores da Casa", afirmou.

O Planejamento Estratégico tem como objetivo definir diretrizes para a instituição para os próximos oito anos. O documento abrangerá dois PPAs, de 2008 a 2011 e de 2012 a 2015.

ESTÁGIO

PROCURADORIA FAZ CONVÊNIO COM OAB

O convênio firmado entre a Procuradoria Geral da Alepe e a Ordem dos Advogados do Brasil - Secção de Pernambuco (OAB/PE), no mês de abril, beneficiará a Casa e os estudantes do curso de Direito que estagiam na Alepe. A iniciativa prevê a oficialização do estágio - requisito obrigatório para prestar o exame da Ordem. De acordo com o procurador-geral da Alepe, Ismar Teixeira, a Assembléia tem muitos processos, de diversas naturezas jurídicas. "Com essa parceria, os estagiários terão mais autonomia para acompanhar as ações, agilizarão o trabalho da Procuradoria da Casa, além de terem a oportunidade de adquirir mais experiência profissional", declarou.

Atualmente, o Estatuto da OAB exige do estudante a comprovação do estágio em órgãos públicos ou escritórios de advocacia conveniados à entidade para obter a inscrição na Ordem. O convênio terá a duração de dois anos.

"Considero essa iniciativa muito importante porque ela isenta o aluno de exercer atividades extracurriculares, exigidas pela OAB para a aquisição da carteira de estagiário", observou o estagiário da Procuradoria Geral da Casa Salviano Rufino, estudante do 10º período da Universo.

RINALDO MARQUES



Ismar Teixeira diz que acordo vai agilizar o trabalho da Procuradoria da Casa

O documento prevê, ainda, que a Assembléia admita seis estagiários por um período inicial de um ano. Entre as atribuições dos estudantes estão a prática forense, a redação de atos processuais e profissionais, a assistência e a atuação em audiências e sessões, visitas em órgãos judiciários, técnicas de negociação coletiva, de arbitragem, de conciliação, entre outras. Também ficou definido que a Procuradoria deverá enviar semestralmente à OAB-PE um relatório das atividades desenvolvidas por cada estagiário. A seleção é feita pelo Instituto de Planejamento e Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico e Científico (Ipad). São escolhidos estudantes com currículos cadastrados na entidade, de preferência, a partir do 5º período.



FOTO: FERNANDO SILVA

Mesa Diretora aguarda aprovação do Projeto Restauro pelo Minc para recuperar, em dois anos, as características arquitetônicas da sede da Alepe

PATRIMÔNIO

PROJETO VAI RESTAURAR PALÁCIO JOAQUIM NABUCO

O Projeto Restauro do Palácio Joaquim Nabuco está em fase de análise no Ministério da Cultura (Minc). A proposta, elaborado pela Gerência de Arquivo e Preservação do Patrimônio Histórico do Legislativo, por iniciativa da Mesa Diretora, foi aprovada na pré-avaliação e aguarda vistoria técnica do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), responsável pela proteção dos bens culturais materiais e imateriais do País. A sede do Parlamento de Pernambuco é um monumento histórico tombado em 1980, pelo Conselho Estadual de Cultura do Estado.

"Pernambuco, mais uma vez, sai na frente. Somos o primeiro Legislativo do País a ter essa iniciativa", afirmou o presidente da Assembléia, deputado Guilherme Uchoa (PDT). "Esse projeto está sendo muito aguardado pelos deputados e servidores, pois vai trazer benefícios para todos, sem contar que teremos mais um patrimônio do Estado completamente recuperado", completou.

O objetivo da proposta é restaurar todo o Palácio, como fachada, grades, peças artísticas, portas, janelas e todo o conjunto dos artefatos em madeira. O projeto pretende recuperar, em dois anos, todas as características arquitetônicas primárias do edifício-sede da primeira Assembléia Legislativa da América Latina, construído no final do século XIX.

De acordo com a gerente de Arquivo da Casa, Cynthia Barreto, após a restauração, o Palácio será transformado no Museu do Poder Legislativo, passando a ser ponto turístico-cultural do Estado. "No espaço, serão promovidas diversas exposições documentais e artístico-culturais, dando à população a oportunidade de conhecer a história da Assembléia e, também, de Pernambuco", ressaltou.

Cynthia salientou que a proposta de restauração de uma obra, com tamanha significação histórica, necessitou de uma vasta pesquisa sobre o monumento. "O trabalho utilizou as fontes bibliográficas, iconográficas e outros registros guardados pela Gerência de Arquivo. Os documentos revelaram muitas informações, que ajudarão na recuperação das características originais da construção. As ações de restauro respeitarão a Carta Patrimonial de Veneza, instituída em 1964, determinando a correta intervenção em monumentos históricos", explicou.

Segundo a Carta de Veneza, "a restauração é uma operação de caráter excepcional, com o objetivo de conservar e revelar os valores estéticos e históricos do monumento e fundamenta-se no respeito ao material original".

O projeto de restauração terá, também, um caráter social, dando oportunidade para que 150 estudantes de escolas públicas estaduais e 70 estagiários de várias áreas do conhecimento participem de oficinas de restauro de peças e monumentos, marcenaria, carpintaria, aulas de Responsabilidade Patrimonial e História, Tombamento, Arquivo, entre outros assuntos. "O projeto tem uma responsabilidade social a cumprir, auxiliando na formação de especialistas em restauração", frisou a gerente de Arquivo.

SÉRIE CONHECENDO A ALEPE

PROPOSIÇÕES PASSAM PELA ASSISTÊNCIA LEGISLATIVA

O **Tribuna Parlamentar** *inicia, nesta edição, uma nova série de reportagens: Conhecendo a Alepe. O objetivo é mostrar o que fazem os diversos setores da Assembléia Legislativa. Para começar, apresentamos a Assistência Legislativa, local de trabalho por onde passam todas as proposições que chegam dos demais Poderes e as que têm origem na própria Alepe.*

RINALDO MARQUES



A tramitação de projetos, emendas, indicações e requerimentos faz parte do trabalho diário dos servidores do setor

Tramitar. Esse é um verbo pouco usado no dia-a-dia da maioria das pessoas. Mas, para alguns funcionários da Alepe, ele é "mais do que conhecido": são os servidores da Assistência Legislativa. Afinal, é por lá que passam, diariamente, projetos de lei ordinária, complementar e de resolução, propostas de emenda à Constituição (PECs), indicações e requerimentos.

"A Assistência é a unidade administrativa por onde tramitam todas as proposições e coordenamos esse trabalho", destacou a assistente legislativa da Casa, Ana Olímpia Severo. Ela explicou que as propostas são recebidas pelo setor, despachadas com o presidente e, em seguida, enviadas às Comissões e para a publicação no Diário Oficial do Legislativo. Após o parecer favorável dos colegiados, as matérias irão constar na Ordem do Dia para votação em Plenário.

Depois de votadas, as PECs são promulgadas pela Mesa Diretora e os projetos de resolução e decretos legislativos, pelo presidente da Casa. Projetos de lei ordinária e complementar são enviados ao governador para serem sancionados.

Inicialmente, as indicações e os requerimentos têm o mesmo trâmite, mas, logo após a votação, são enviados para a Gerência de Expedição de Correspondência do Plenário. Assim, as autoridades a quem os deputados querem se reportar receberão a correspondência. No mês de março, aproximadamente, chegaram à Assistência Legislativa 360 indicações, 143 requerimentos e 30 projetos de lei ordinária.

O setor é dividido em dois departamentos, o de Serviço Técnico Legislativo e o de Documentação. Cada um é composto por quatro gerências. Entre elas, a de Serviços Auxiliares, Assistência ao Plenário e às Comissões, Taquigrafia, Anais e Biblioteca.

De acordo com Ana Olímpia, os dois departamentos controlam os trabalhos das gerências. Já a Assistência, além do apoio e coordenação da tramitação das proposições, assessora a Presidência não só no decorrer das reuniões plenárias, mas também nas da Mesa Diretora. Ela ressaltou que o setor também controla o programa de estágio, por meio de um convênio entre a Alepe e o Ipad.

PERSONAGEM DA ALEPE

CATARINA SE DIVIDE ENTRE A ALEPE E A SALA DE AULA

Uma pessoa que se encanta com novos desafios. É assim que se descreve Catarina Maciel, funcionária da Casa Joaquim Nabuco desde 1987. Farmacêutica-bioquímica, formada pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), ela conta que chegou à Alepe para trabalhar como analista no laboratório do Departamento de Saúde. "Lá, passei 16 anos e sempre me preocupei com todos. Quando havia alguma alteração nos resultados de seus exames, eu os procurava pessoalmente, fosse o paciente deputado, servidor ou dependente." Depois, ela foi trabalhar em setores administrativos da Casa. "Para mim, foi um grande desafio a área burocrática. O que mais me encantou foi a oportunidade de trocar conhecimentos com outros servidores como multiplicadora do Gespública, novo programa de gestão de qualidade que começou a ser implantado na Casa em 2005", afirma. Hoje, Catarina está na assessoria da Superintendência Geral. Além de atuar na Alepe, ela é preceptora da disciplina de Parasitologia na Universidade de Pernambuco (UPE). "Considero como uma realização profissional, mas ainda pretendo fazer mestrado", frisou a preceptora, assessora e, acima de tudo, mãe de Andréa e Renata. "Assim como acontece comigo, sonho em ver minhas filhas felizes e realizadas profissionalmente", deseja. Em seus feriadões e férias, não deixa de ir à praia de Tamandaré, que, segundo ela, é seu paraíso.

CARLOS OLIVEIRA



Preceptora e servidora administrativa da Casa

COMUNICAÇÃO

TV faz aniversário com planos de chegar ao Interior

Pioneira no Nordeste, a Assembléia na TV completou cinco anos, no mês passado, com o desafio de levar a programação para todas as regiões do Estado. Considerada a "menina dos olhos" da Mesa Diretora, a TV do Legislativo dá visibilidade às ações do Parlamento Estadual e aproxima, cada vez mais, a sociedade do Poder. "É muito importante que os pernambucanos possam acompanhar o Parlamento Estadual e a atuação dos deputados. São cinco anos de funcionamento, transmitindo o desempenho dos representantes do povo, e o nosso maior desafio é integrar todo o Estado", comentou o presidente da Casa, deputado Guilherme Uchoa (PDT).

Para o primeiro-secretário, João Fernando Coutinho (PSB), a TV é um instrumento fundamental para a consolidação da transparência do Poder Legislativo. "Todas as atividades parlamentares são transmitidas para que a sociedade tenha conhecimento e possa avaliar o trabalho dos deputados. É importante que todos assistam à programação para fazer uma melhor análise", frisou.

Indagado sobre a importância de uma TV Legislativa, o governador Eduardo Campos (PSB) destacou o pioneirismo do Estado e ressaltou a importância de se ter um meio de comunicação que dê visibilidade à atuação dos parlamentares. "É preciso que quem exerça um mandato popular preste contas à sociedade", observou, lembrando o período em que foi deputado federal por três mandatos e teve seu trabalho divulgado por meio da TV Câmara.

Fruto de uma parceria entre a Casa e a Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da UFPE (Fade) e coordenada pela Assistência de Comunicação Social da Alepe, a Assembléia na TV dispõe de uma equipe de jornalistas que trabalha na produção diária de notícias e de matérias especiais, retratando não só os acontecimentos do Parlamento, mas, também, temas de interesse da sociedade, como cultura e economia. "A programação é abrangente e, além de mostrar o cotidiano da Casa, exibe entrevistas, opiniões de deputados e de convidados sobre os mais variados assuntos", explicou o coordenador da Assembléia na TV, Antônio Magalhães.

FERNANDO SILVA



RINALDO MARQUES



Programas da Assembléia na TV mostram a atividade dos parlamentares para a população da RMR

Audiências públicas, reuniões solenes e das Comissões Permanentes e Temporárias, visitas dos parlamentares a diferentes localidades do Estado, com o objetivo de apurar denúncias, negociar impasses ou discutir assuntos de interesse da população, entre outros tipos de eventos, recebem a cobertura da TV. "O telespectador acompanha a atuação dos deputados e repercute o desempenho de cada um", avaliou Paulo Jardel, diretor da TV Universitária (canal 11), responsável pela exibição dos programas diários da Assembléia na TV.

Maria do Socorro, 37 anos, professora, disse que o Programa Quorum faz parte do cotidiano de sua casa. "É uma maneira de acompanhar o trabalho dos parlamentares que elegemos e em quem acreditamos e de saber sua coerência e comprometimento com a sociedade", comentou. Para Raimundo Mariano Júnior, 30 anos, advogado, os debates no Plenário são o que mais lhe chamam atenção. "Gosto de assistir às polêmicas entre as bancadas governista e de Oposição", observou.

O Programa Quorum, com o resumo das Comissões Permanentes e Temporárias e das reuniões plenárias, vai ao ar de segunda a sexta-feira, na TVU, das 7h às 7h30, com reprise das 13h às 13h30. Já o programa Assembléia na TV Debate é exibido à meia-noite e meia, também de segunda a sexta, e mostra a opinião de deputados e convidados sobre os mais variados temas. A equipe também produz vídeos especiais, tipo documentário, como *Capiba e Edgard Moraes - Um Século de Musica e Lirismo e Joaquim Nabuco - Símbolo da Liberdade.*

CIDADANIA

Concurso de redação premia alunos

Integrar a sociedade com a Alepe. Esse foi o objetivo do 1º Concurso de Redação, com o tema *A importância do Poder Legislativo na sociedade*. O evento, proposto pela Mesa Diretora, por meio da Gerência de Arquivo e Preservação do Patrimônio Histórico do Legislativo, dentro das comemorações dos 172 anos da Casa, recebeu o apoio da Assistência Legislativa e da Escola do Legislativo.

O concurso foi patrocinado pelo *Banco do Brasil* e pelo *Banco Real* e contou com a participação de 55 alunos de 11 escolas da rede estadual de ensino localizadas no entorno da Casa Joaquim Nabuco. A expectativa é organizar um concurso a cada ano.

O presidente da Alepe, deputado Guilherme Uchoa (PDT), entregou os prêmios para Bárbara Caroline Vasconcelos (1º lugar, um computador), do Ginásio Pernambucano; Rayane Costa Lima (2º lugar, MP4 e pen drive), do Nóbrega; e Abner Pedro Queiroz (3º lugar, MP4), da Escola Sizenando Silveira. "Os jovens precisamm conhecer melhor o Poder Legislativo, saber sua história e seu papel no processo democrático do País", lembrou Uchoa.

Segundo a educadora de apoio da Escola João Barbalho, Vera Marques, os estudantes aprovaram a experiência. "A partir do momento que eles são convidados a participar de qualquer evento, principalmente de uma ação desse porte, sentem-se lisonjeados, honrados, incluídos socialmente", observou.

FERNANDO SILVA



Rayane, Abner e Bárbara receberam os prêmios no Plenário da Alepe

MÚSICA

CORAL VOZES DE PERNAMBUCO INICIA NOVA FASE

Uma nova fase está começando para o Coral Vozes de Pernambuco. Desde o mês passado, o grupo tem um novo maestro. Com 16 anos de experiência profissional, formação pelo Conservatório Pernambucano de Música (CPM) e Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Josias Gouveia foi indicado para regente do Coral da Alepe pelo CPM e apresentado pelo primeiro-secretário, deputado João Fernando Coutinho (PSB) aos integrantes do coro. "A escolha do maestro demonstra a preocupação da Mesa Diretora com a questão técnica, já que tínhamos diversas indicações, mas optamos pela do Conservatório", destacou.

FERNANDO SILVA



Coutinho destacou "escolha técnica"

O parlamentar deixou clara a intenção da Mesa Diretora da Alepe com a escolha do maestro. "Esperamos que ele integre ainda mais os servidores. Nosso objetivo é continuar aproximando o Legislativo da sociedade, e a ação cultural é uma forma de promover essa aproximação", observou Coutinho. Representando os funcionários e os integrantes do Coral, o servidor José Carlos Santana agradeceu o apoio da Primeira Secretaria e da Mesa Diretora ao grupo.

Josias Gouveia tem experiência como regente de diversos corais do Estado, a exemplo do da Petrobras, INSS, Imip e o do Carmo. O maestro também é coordenador do Encontro de Corais com a Música Sacra na Quaresma, que ocorre anualmente, durante a Semana Santa, na Basílica do Carmo. Ele conhece o trabalho do Vozes de Pernambuco desde o início, no ano de 2002. "O maestro José Beltrão deixou, durante o seu período no Coral Vozes de Pernambuco, uma riqueza singular. Só tenho a trazer um pouco mais de experiência para engrandecer a atuação do grupo", afirmou.

MOISÉS BARBOSA



Integrantes do Vozes já estão ensaiando com o novo maestro do grupo (d)

O Coral Vozes de Pernambuco foi criado por meio do Ato nº 782, de 5 de setembro de 2002. É formado por servidores da Alepe e apresenta somente músicas de autores pernambucanos,com exceção das composições sacras e natalinas. O grupo é composto por 27 coralistas e gravou um CD em 2003.

ESPECIAL

SEGUNDA CULTURAL MOSTRA NOVO SHOW DE PETRÚCIO AMORIM

A edição do projeto Segunda Cultural do mês de maio teve um show especial. Petrúcio Amorim, "o poeta do forró", animou o público com o autêntico ritmo brasileiro e lançou seu primeiro DVD *Na Boléia do Destino*, gravado no ano passado com diversos amigos como Jorge de Altinho, Nadia Maia e Maciel Melo. "O DVD é um resgate dos meus 27 anos de história musical", frisou o forrozeiro, que cantou seus maiores sucessos.

Petrúcio elogiou a iniciativa da Mesa Diretora em estimular a cultura local. "Somos um Estado com grande diversidade cultural, e todos os espaços abertos para a divulgação são bem-vindos", comentou, acrescentando que o Segunda Cultural é "uma importante janela para os artistas pernambucanos".

O primeiro-secretário da Alepe, João Fernando Coutinho (PSB), e os deputados Antônio Moraes (PSDB), Sebastião Rufino (DEM) e Sérgio Leite (PT) prestigiaram a apresentação.

RINALDO MARQUES



Apresentação no Plenário mostrou as músicas do DVD "Na Boléia do Destino"

O cantor e compositor é natural de Caruaru, no Agreste, e tem mais de 200 músicas gravadas, muitas delas por nomes consagrados da música brasileira, a exemplo de Fafá de Belém, José Augusto, Elba Ramalho, Zé Ramalho, Chiclete com Banana, Falamansa, Jorge de Altinho, Marinês, Trio Nordestino, Azulão, Alcymar Monteiro e Leci Brandão. No currículo, o músico contabiliza quatro LPs e seis CDs.

O Segunda Cultural acontece nas primeiras segundas-feiras úteis de cada mês, sempre às 18h. A entrada é gratuita e os artistas não cobram cachê. O projeto é uma iniciativa da Mesa Diretora da Casa e tem por objetivo valorizar a cultura e os artistas pernambucanos.